BREVE ANÁLISE DA VISÃO DE DOIS GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS BELO-HORIZONTINAS SOBRE A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

BRIEF ANALYSIS OF THE VISION OF TWO BELO-HORIZONTINIAN PUBLIC SCHOOL MANAGERS ABOUT LARGE-SCALE EVALUATION

Filipe L. Dias[1]

Rayanne A. Gomes Rocha[2]

Mary Margareth Marinho Resende[3]

RESUMO

No presente artigo, discorreremos sobre a avaliação educacional em larga escala, realidade presente no Brasil e, sobre os principais aspectos inerentes à qualidade da educação. Nossa pesquisa se caracteriza como aplicada, abordando de forma qualitativa as questões sobre avaliação e monitoramento. Baseada na aquisição de dados via entrevista direta e posterior transcrição, pretendemos demonstrar a relação dos gestores educacionais com as ferramentas de monitoramento e avaliação em larga escala. As constatações registradas podem orientar os sistemas educacionais a criarem cursos de formação continuada para os gestores, focados na interpretação e utilização dos resultados das avaliações em larga escala para diagnóstico, controle e ações de melhoria da qualidade da educação.

PALAVRAS-CHAVES: Avaliação em larga escala. Monitoramento. Qualidade da educação. A*ccountability*.

ABSTRACT

In this article, we will discuss the educational evaluation on a large scale, a reality present in Brazil, and the main aspects inherent to the quality of education. Our research is characterized as applied, qualitatively addressing the issues of evaluation and monitoring. Based on the acquisition of data via direct interview and subsequent transcription, we demonstrate the relationship of educational managers with the tools for monitoring and evaluation on a large scale. The recorded findings can guide educational systems to create continuing education courses for managers, focused on the interpretation and use of the results of large-scale assessments for diagnosis, control and actions to improve the quality of education.

[1] Licenciado em Química pela UFMG. Pós-graduado em Gestão Escolar da PUC-MG. E-mail: www.filipelutalo.com.br e filipe.dias@outlook.com.br.

[2] Licenciada em Pedagogia pela Universidade Anhanguera. Pós-graduada em Gestão Escolar pela PUC-MG. E-mail: rayannerw3@hotmail.com.

[3] Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Newton Paiva. Pós-graduada em Teoria Psicanalítica pela Faculdade Redentor e em Alfabetização e Gestão Escolar pela Faculdade Batista de Minas Gerais. Mestre em Gestão e Avaliação Pública pela Universidade Federa de Juiz de Fora. E-mail: mary.resende@edu.pbh.gov.br.

KEYWORDS: Large-scale assessment. Monitoring. Quality of education. Accountability.

INTRODUÇÃO

A avaliação educacional em larga escala é uma realidade em vários países. Ela parte do pressuposto de fortalecer a aprendizagem, sem desrespeitar o trabalho docente e busca criar uma forma de responsabilização dos gestores escolares – *accountability* – pelo desempenho escolar dos educandos (BECKER, 2010, p. 1).

Segundo Lück (2009, p. 44), o monitoramento e a avaliação constante dos processos educacionais são recentes. Apesar de constituírem um processo essencial para a gestão, não são práticas comuns em escolas. Becker (2010, p. 3) ressalta que a avaliação não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta que permite aos gestores educacionais conhecer e orientar a efetividade das ações em relação aos resultados desejados. O que se deseja alcançar é uma escola de qualidade.

Falcão Filho (1997, p. 323) trabalha com quatro dimensões sobre o conceito de qualidade: "a escola e as ações de seus profissionais serão de qualidade, quando puderem ser consideradas, ao mesmo tempo, *efetivas, relevantes, eficientes e eficazes* (grifos nossos)".

Negligenciar o planejamento, o monitoramento e os resultados das avaliações institucionais, sejam elas internas ou externas, impede que os sistemas educacionais atinjam os índices de qualidade exigidos pelas redes. Mediante a essa afirmação, pesquisamos duas escolas para entender como é realizado o processo de avaliação em larga escala e como os resultados são aplicados para garantir que as metas sejam alcançadas.

Nossa pesquisa se caracteriza como aplicada, abordando de forma qualitativa as questões sobre avaliação e monitoramento. A partir da aquisição de dados, via entrevista direta e posterior transcrição, pretendemos demonstrar a relação dos gestores educacionais com as ferramentas de monitoramento e avaliação em larga escala.

Qualidade em educação

É notório como a sociedade ressalta a baixa qualidade na educação pública brasileira. Guimarães (2015) coloca que o ensino público no Brasil é "ruim, desigual e estagnado". Goussinsky (2016), em reportagem para o R7, destaca que "O Brasil ficou em 1º lugar em relação ao número proporcional de alunos na escola e ao PIB destinado à educação. Mas ficou na 55ª posição, entre 61 países, em relação à qualidade do ensino.

Notícias como essas, veiculadas pela mídia, chegam ao público de forma intensa e contribuem para a construção de uma visão depreciativa da qualidade da educação brasileira, principalmente da escola pública. Sendo assim, é importante discutirmos o que é qualidade na educação.

Dourado e Oliveira (2009, p. 203) apontam a complexidade de se definir a qualidade. Trata-se de "um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, ou seja, o alcance do referido conceito vincula-se às demandas e exigências sociais de um dado processo histórico".

Qualitativamente, Falcão Filho (1997, p. 323) trabalha com quatro dimensões para definir a qualidade no âmbito escolar. Para ele "a escola e as ações de seus profissionais serão de qualidade, quando puderem ser consideradas, ao mesmo tempo, *efetivas*, *relevantes*, *eficientes e eficazes* (grifos nossos)".

> - Será efetiva, quando estiver respondendo às demandas da sociedade nos campos social, político, econômico e educacional;
> - Será relevante, quando estiver respondendo às demandas educacionais dos seus alunos;
> - Será eficiente, quando estiver utilizando os métodos, as técnicas e os procedimentos em consonância com o caráter efetivo e relevante da ação ou das ações e com recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis.
> - Será eficaz, quando alcançar os objetivos decorrentes da efetividade e da relevância das suas ações (FALCÃO FILHO, 1997, p. 323).

Lück (2009, p. 43) destaca que o "monitoramento e avaliação são duas faces de uma mesma moeda que representam o cuidado e o interesse por determinar a qualidade efetiva do trabalho realizado". Entretanto, critérios qualitativos precisam ser quantificados para que sejam avaliados de forma analítica e forneçam dados para a tomada de decisão. A autora destaca que a pouca importância dada aos processos de monitoramento e avaliação da educação brasileira, intitulado *accountability*, é comprovada pela "grande escassez de referências bibliográficas", sendo o Saeb[4] um dos instrumentos mais pesquisados.

Tais "iniciativas de avaliação externa da educação escolar vêm se fortalecendo no país, a partir dos anos 1990", como aponta Silva (2016, p. 511), impulsionadas "por teses neoliberais que propõem a atuação estatal mínima no setor econômico e nas políticas sociais, defendendo a liberdade de mercado e opondo-se à noção de direitos sociais".

Schneider e Rostirola (2015, p. 500) são mais incisivas ao afirmar que

> A implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), no ano de 1990, a partir de uma demanda do Banco Mundial, é exemplo cabal da entrada do Brasil nos

[4] Saeb – Sistema de Avaliação da Educação Básica. Ele é composto por três avaliações externas de larga escala.

> preceitos do Estado-avaliador e das injunções de organizações internacionais sobre as políticas nacionais

Assim, no contexto educacional, o Estado torna-se um órgão avaliador e regulador, utilizando-se das avaliações de larga escala para aferir e evidenciar os desempenhos estudantis e, consequentemente, a qualidade da educação.

Indicadores e avaliações em larga escala

Fernandes (2007, p. 7) afirma que não são desejáveis sistemas educacionais que reprovam sistematicamente seus estudantes. Tal situação leva o educando a evadir sem completar a educação básica. Entretanto, um sistema em que os alunos apresentem aprendizagem insuficiente, mas concluem o período de escolarização no tempo correto, também não é de interesse da sociedade.

> Em suma, um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem (FERNANDES, 2007, p. 7).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala com o objetivo de conhecer a realidade educacional no Brasil e avaliar a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Ao longo da sua história, o Saeb passou por aprimoramentos teórico-metodológicos: a adoção do sistema de Teoria de Resposta ao Item (TRI), as matrizes de referência para os testes cognitivos, a instituição da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), a instituição da Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e da Prova Brasil (Avaliação de Rendimento Escolar – Anresc).

A Prova Brasil¸ de caráter censitário, avalia os estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio. São aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática, além de coletar dados socioeconômicos dos alunos, perfil dos diretores e professores e informações sobre a infraestrutura das escolas. (INEP; BECKER, 2010, p. 4). Em 2019, todas as siglas ANA, Aneb e Anresc deixaram de existir e todas as avaliações passaram a ser identificadas pelo nome Saeb.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP)[5] propicia a

[5] O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal

divulgação dos resultados de desempenho para cada escola e município participante. Assim, gestores públicos e escolares, bem como a sociedade, podem partir de informações mais precisas para fins de pesquisa e planejamento das políticas públicas pertinentes (INEP, 2019, p. 17-18).

Criado em 2007, o IDEB, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica,

> é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental[6] e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação) (INEP, 2007).

Segundo Schneider e Rostirola (2015, p. 502), a criação do IDEB constituiu "o passo definitivo para a introdução de processos de *accountability* na Educação Básica". Com base nele foram estabelecidas metas para as escolas, municípios e estados. A Figura 1 apresenta o gráfico que demonstra a evolução do IDEB médio das escolas de Minas Gerais. Podemos observar que, em 2007 e 2009, o estado atingiu as metas estabelecidas, porém, nas edições subsequentes, não houve avanços. A educação no estado nos anos finais está praticamente estagnada.

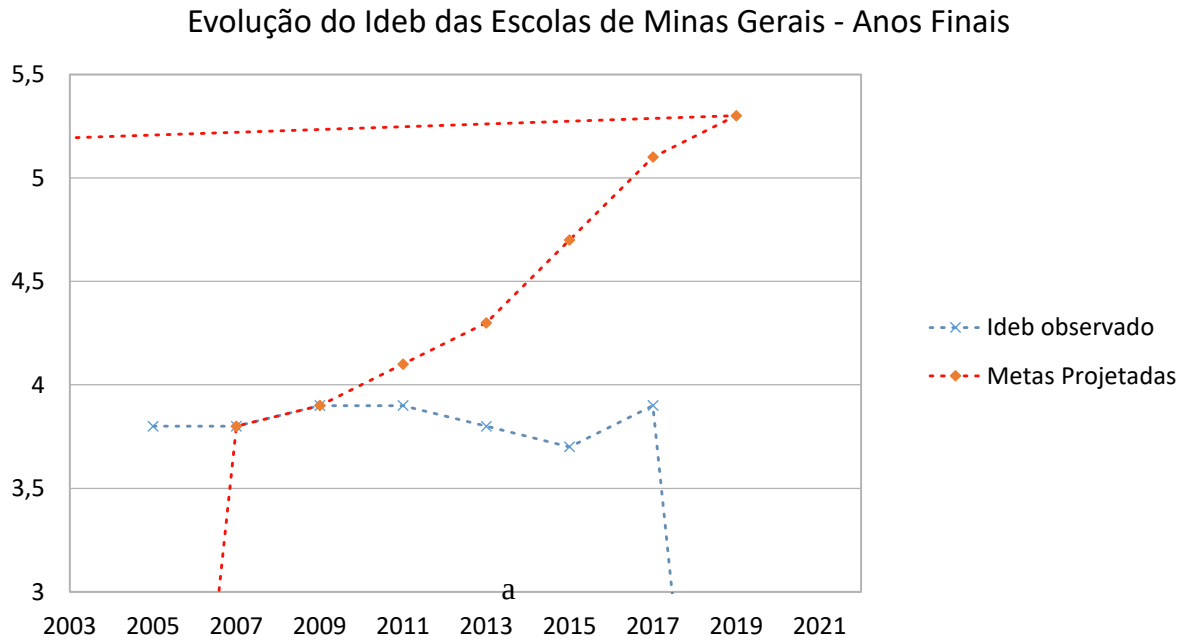

FIGURA 1: Gráfico evolutivo do Ideb dos anos finais das escolas de Minas Gerais desde 2005.

vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua missão é subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

[6] A 4ª e 8ª série atualmente foram transformados em 5º e 9º ano.

No âmbito estadual, o estado de Minas Gerais instituiu o PROEB - Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, com o objetivo de avaliar a qualidade da escola pública do estado. Trata-se de "uma avaliação anual e censitária que avalia competências expressas pelos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática no 5º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1º e 3º anos do Ensino Médio" (Minas Gerais, 2019).

Anualmente, o PROEB é aplicado para a rede estadual de Minas Gerais. São avaliados nas proficiências de Português e Matemática o 7º ano do Fundamental e o 1º ano do Ensino Médio, alternado no ano seguinte para o 9º ano do Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio. Constitui uma avaliação externa e censitária que possui o objetivo de diagnosticar a educação pública do estado de Minas Gerais.

Panorama das escolas e da gestão

Para preservar o anonimato, os nomes das instituições foram substituídos por Escola 1 e Escola 2 e adotamos pseudônimos para caracterizar os gestores educacionais[7].

A Escola 1, pertencente à rede municipal de Belo Horizonte, foi fundada em 1953. A instituição opera em dois turnos, atendendo aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º). Também oferece a modalidade integral. Com base nas informações fornecidas pelo INEP e pelo site Qedu, o IDEB da escola em 2017 foi de 7,1, acima da meta estabelecida que é 6,9. A escola é classificada como urbana e possui biblioteca, quadra poliesportiva, laboratório e internet. A gestora, Carmem, assumiu a função em 2018, mediante eleição realizada na instituição.

A Escola 2, pertencente à rede estadual de Minas Gerais, foi fundada em 1932. A instituição opera em dois turnos constituídos por Manhã (Ensino Médio) e Tarde (Fundamental II). Segundo o site do INEP e Qedu, o Ideb da escola em 2017 foi de 5,2, aumento de 0,5 ponto superando a meta do ano que era 5,1. Trata-se de uma escola urbana e possui biblioteca, quadra poliesportiva coberta e internet. A diretora, Flávia, em 2014, foi eleita diretora para a gestão 2015 a 2019.

Escolas e avaliação sistêmica

O primeiro aspecto abordado foi se as instituições pesquisadas realizam avaliações sistêmicas em larga escala para aferir a qualidade da educação. A Escola 1 informou que

[7] Gestores escolares: nesse artigo, nos referimos, tanto ao gestor administrativo quanto ao pedagógico.

participa das avaliações externas, seguindo os programas federais e estaduais. Ela participa do Programa Mais Educação[8], da Provinha Brasil e Prova Brasil (Saeb).

A Escola 2 aplica avaliações diagnósticas enviadas pela Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais (SEE-MG), no começo e no fim de ano letivo. Cabe à escola imprimir, aplicar e, posteriormente, alimentar o sistema com os resultados. A diretora destaca a precariedade do sistema de ensino que, muitas vezes, não executa o trabalho devido à falta de verba para comprar papel para a impressão do material. A escola participa da PROEB e do Saeb.

O segundo aspecto foi avaliado foi como se desenvolvem as avaliações internas na escola. Elas constituem um conjunto de instrumentos desenvolvidos pelo professor, tais como: provas, arguição, debates, apresentações de trabalhos individual ou em grupo, as quais são aplicadas aos alunos e objetivam acompanhar e aferir o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem (CAEd[9], 2009, p. 11).

A escola 1 utiliza instrumentos de avaliação selecionados de acordo com a intencionalidade do professor. A coordenadora cita a utilização de observação e registro, pesquisas, provas escritas, trabalhos em grupo, atividades orais, entre outras. São aplicados no decorrer dos trimestres, tendo em vista o desenvolvimento das habilidades trabalhadas no mesmo período.

A escola 2 realiza uma avaliação interna, intitulada UNITESTE. Ela é aplicada a cada dois bimestres e substitui a avaliação bimestral. Essa avaliação resume o conteúdo de todas as disciplinas, tendo o valor de oito pontos. A quantidade de questões equivale ao número de aulas semanais de cada matéria, sendo que a nota obtida é comum para todas as disciplinas. Cada professor também utiliza aplicação de testes, trabalhos em grupo e individual, debates e outras estratégias, para compor a avaliação do processo de aprendizagem do aluno.

O terceiro aspecto pesquisado foi se os itens das avaliações internas se baseavam em algum documento (Matriz da avaliação) e se a avaliação dialoga com alguma proposição curricular específica. Segundo o Guia de Itens desenvolvido pelo CAED (2009, p. 14), a Matriz da avaliação ou matriz de referência

> [...] é composta por um conjunto de descritores, os quais contemplam dois pontos básicos do que se pretende avaliar: o conteúdo programático a ser avaliado em cada período de escolarização; e o nível de operação mental necessário para a habilidade

[8] O programa Mais Educação é uma estratégia do Ministério da Educação para fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do Ensino Fundamental.

[9] CAEd: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

> avaliada. Tais descritores são selecionados para compor a Matriz, considerando-se aquilo que pode ser avaliado por meio de itens de múltipla escolha (CAED, 2009, p. 14).

A Escola 1 elabora as suas provas seguindo as Proposições Curriculares de Belo Horizonte. A Escola 2 se baseia no CBC – Plano Curricular do Ensino Médio e CBC Fundamental 6º ao 9º. Além disso, baseiam os itens no Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar – PAAE. Ambos gestores informam que aguardam as diretrizes para a implementação de Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O quarto aspecto pesquisado foi a existência de um trabalho pedagógico a partir do resultado das avaliações. A Escola 1 informou que, após a correção das avaliações internas desenvolvidas pelos professores, o corpo docente e pedagógico analisa os resultados, aponta os devidos encaminhamentos e sugestões necessárias para corrigir as deficiências dos educandos. A Escola 2 informa que utiliza a avaliação diagnóstica para identificar qual é o descritor em que o educando encontra maior dificuldade. No conselho de classe, são discutidas as deficiências de alunos específicos e cabe à supervisão fazer o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), o que não acontece. Há muita burocracia e dificuldades no cotidiano escolar que sugam a gestão. A escola segue a Resolução 2197/12, que estabelece as diretrizes para a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica e direciona a progressão continuada dos alunos, porém não é seguida por todos os professores, que apresentam resistência essa prática pedagógica.

Foi buscado junto aos gestores entender se existe alguma relação entre as avaliações internas (produzidas pela escola) e as externas (aplicadas pelo governo ou por instituições internacionais). A Escola 1 informou que busca caminhar de acordo com o que é exigido nas avaliações externas, explorando as habilidades indicadas. A Escola 2 utiliza o UNITESTE como um treinamento para o PROEB. Conforme o discurso da diretora, isso não é feito de forma sistêmica e fica a cargo do professor buscar a correlação.

Segundo Lilian Rose Freire, ao pesquisar o uso do SARESP em uma escola pública, observa-se a utilização dos resultados na composição de notas bimestrais dos alunos, ocorrendo a reprodução de questões na prova unificada criada pela escola e a adesão de critérios de correção das provas de redações internas semelhantes à prova de redação do SARESP[10]. As ações visam promover um treinamento dos estudantes para que alcancem melhor desempenho na avaliação externa (FREIRE *apud* BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 385).

[10] SARESP corresponde ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corroborando com Lück (2009), a absorção da cultura de avaliação em larga escala pelas escolas ainda é insipiente. As escolas pesquisadas, apesar de promoverem ou participarem de processos avaliativos, não evidenciaram uma ação eficaz quanto ao tratamento dos dados e a possíveis correções da aprendizagem.

A Escola 1, apesar de não possuir uma avaliação interna da instituição, possui um projeto mais direcionado para o aluno quando se fala em analisar os resultados de desempenho estudantil, quesito não detectado na Escola 2. Mesmo promovendo avaliações internas e participando de avaliações externas, a ação pedagógica é de responsabilidade do professor e não algo estruturado pela gestão. Apesar de reconhecer a utilidade da avaliação, podemos observar que o cruzamento dos resultados de aprendizagem dos estudantes e a responsabilização pela aprendizagem precisam ser institucionalizados pela rede municipal, para ser efetiva.

Podemos aludir que o alto IDEB da Escola 1 e a melhoria do IDEB da Escola 2 estão relacionados às suas avaliações, que se correlacionam aos parâmetros curriculares e à matriz de referência definidos para cada rede. Essa correlação permite aos educandos treinarem para a avaliação governamental.

Finalizando, entendemos que as avaliações em larga escala podem constituir uma ferramenta potencial para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas belo-horizontinas. Aumentando a abrangência desse estudo, as constatações aqui registradas podem orientar as secretarias, municipal e estadual de educação, a criarem um curso de formação continuada para os gestores, focado na interpretação e na utilização dos resultados nas avaliações em larga escala para diagnóstico, controle e ações de melhoria da qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

BECKER, Fernanda da Rosa. Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira. **Revista Ibero-americana de Educação**, n. 53/1, p. 1-11, jun. 2010. ISSN 1681-5653.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Proposições Curriculares**. Disponível em: http://portaldeservicos.pbh.gov.br/portalservicos/view/paginas/apresentaServico.jsf. Acesso em: 9 mar.2019.

BONAMINO, Alícia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica

no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun.2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mais Educação**. Site Portal MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/30000-uncategorised/62871-programa-mais-alfabetizacao. Acesso em 9 mar. 2019.

CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (CAEd). **Guia de Elaboração de Itens**: língua portuguesa. Juiz de Fora, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA; João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FALCÃO FILHO, José Leão M. A Qualidade na Escola. **Ensaio: aval. pol. publ. Educ**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 16, p. 313-326, jul./set.1997.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 26 p. (Série Documental. Textos para Discussão, 26).

GOUSSINSKY , Eugenio. **Brasil é o país com mais alunos na escola, mas péssima qualidade no ensino, segundo ranking norte-americano**. Disponível em: https://noticias.r7.com/educacao/brasil-e-o-pais-com-mais-alunos-na-escola-mas-pessima-qualidade-no-ensino-segundo-ranking-norte-americano-15032016. Acesso em: 17 de março de 2020.

GUIMARÃES, Camila. O ensino público no Brasil: ruim, desigual e estagnado. **Época,** 10 jan. 2015. Ideias. Disponível em: :https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/01/o-ensino-publico-no-brasil-ruim-desigual-e-estagnado.html. Acesso em 17 de março de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório SAEB** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 162 p. : il. ISBN 978-65-81041-00-7

INTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ESUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Nota Técnica**: índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 21/03/2020.

LÜCK, Heloísa**. Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MINAS GERAIS. Centro de Referência Virtual do Professor. Disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br. Acesso em: 4 mar. 2019.

MINAS GERAIS. Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais. **Novo Plano Curricular Ensino Médio**. 2003.

MINAS GERAIS. **SIMAVE** – Conhecendo as avaliações e os indicadores. Disponível em: http://simave.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/SIMAVE-CONHECENDO-

AS-AVALIA%C3%87%C3%95ES-E-OS-INDICADORES.pdf. Acesso em 21/03/2020.

MINAS GERAIS. Site: SEE-MG - **Avaliação da Rede Pública de Educação Básica** – PROEB Disponível em: http://www2.educacao.mg.gov.br/aspectos-legais-e-responsabilidades/page/297-proeb. Acesso em: 4 mar. 2019.

QEdu. Disponível em: https://www.qedu.org.br/escola>. Acesso em: 4 mar. 2019.

ROSTIROLA, Camila Regina; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Estado-Avaliador: reflexões sobre sua evolução no Brasil. **RBPAE**, v. 31, n. 3, p. 493-510, set./dez. 2015.

SILVA, Andréia Ferreira da. Políticas de *accountability* na Educação Básica brasileira: um estudo do pagamento de docentes por desempenho. **RBPAE,** v. 32, n. 2, p. 509 - 526 maio/ago. 2016

SORDI, Mara Regina Lemes de; LUDKE, Menga. Da avaliação da Aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. **Avaliação.** Campinas; Sorocaba-SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.